

INDUSTRIALIZAÇÃO E SUBDESENVOLVIMENTO: O CASO BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DE CELSO FURTADO

Thamiris Laure Magalhães¹

Mestranda em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP)

tha223@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo estudar o subdesenvolvimento brasileiro, levando em conta as características assumidas pelo seu processo de industrialização. Tendo como referência a periodização sobre as duas fases da industrialização brasileira concebida por Celso Furtado (1880-1929 e 1930-1960), buscar-se-á entender o movimento do processo de formação da dependência brasileira levando em conta a forma da sua inserção no sistema de divisão internacional do trabalho. Além disso, para compreender as características históricas do subdesenvolvimento brasileiro o artigo discute a partir das transformações no capitalismo global que o caráter de dependência da economia brasileira tendeu a se acentuar com a constituição do período pós-nacional e, portanto mostrar que apesar do Brasil ter realizado uma industrialização pesada, ainda assim permaneceu subdesenvolvido.

PALAVRAS-CHAVE: Industrialização; Subdesenvolvimento; Celso Furtado; Pós-nacional

ABSTRACT

This article aims to study Brazilian underdevelopment, taking into account the characteristics assumed by its industrialization process. Taking as reference the periodization of the two phases of Brazilian industrialization created by Celso Furtado (1880-1929 and 1930-1960), one will try to understand the movement of the process of formation of the Brazilian dependence taking into account the form of its insertion in the System of international division of labor. In addition, in order to understand the historical characteristics of Brazilian underdevelopment, the article discusses from the transformations in global capitalism that dependency character of the Brazilian economy tended to be accentuated by the constitution of the post-national period, and, therefore, to show that, heavy industrialization, it still remained underdeveloped.

KEYWORDS: Industrialization; Underdevelopment; Celso Furtado; Post-National

¹Possui graduação em Ciências Econômicas (UFVJM). Mestranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: tha223@hotmail.com



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

1. Introdução

A Revolução Industrial que se iniciou na Europa Ocidental encontra-se intimamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo, que representou, sobretudo, o advento de novas relações sociais específicas. Além disso, a Revolução Industrial tratou de ser um processo que desencadeou o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, e é por isso que ambos são elementos de um mesmo processo histórico (FURTADO, 1980a).

Os países que assumiram a forma de desenvolvidos são aqueles que dotaram-se de um nível mais alto de acumulação e com isso ensejaram transformações sociais. Com a Revolução Industrial foi possível utilizar o excedente econômico para acumular capital de maneira ampliada², pois a apropriação do excedente obtido por meio do valor que excedia o salário do trabalhador (o lucro) pôde ser reinvestido e, portanto, permitiu transformações contínuas no processo produtivo e nos padrões de consumo. Além disso, é preciso destacar que o homem conseguiu revolucionar a estrutura social anterior existente por conta da sua capacidade de inovar, ou seja, da sua racionalidade instrumental³ que permitiu mudanças técnicas importantes com a industrialização.

Já os países subdesenvolvidos são aqueles que passaram por um processo de modernização dos padrões de consumo sem muitas vezes corresponder à introdução de progresso técnico. Um novo estilo de vida começava graças ao aumento de produtividade alcançado com a especialização que permitia a importação de produtos novos, enquanto os processos produtivos permaneciam antigos, não havendo internalização substantiva de progresso técnico, mas apenas um novo estilo de vida disseminado em parte da sociedade, sobretudo na minoria elitizada (FURTADO, 2008).

A relação centro-periferia, que permite entender o quadro mundial dos países desenvolvidos de um lado e dos subdesenvolvidos de outro, se insere no sistema de divisão internacional do trabalho⁴ que se impõe com o surgimento da civilização industrial no mundo, condicionando a estrutura de dominação-dependência desde então.

²Sobre a reprodução ampliada do capital, recomenda-se a leitura de Marx (1984).

³A racionalidade instrumental está ligada ao fato de que as relações mercantis passam a penetrar na estrutura da produção bem como transforma os elementos da produção em mercadorias. Segundo Furtado (1980a): “A penetração dos critérios mercantis na organização da produção não é outra coisa senão a ampliação do espaço social submetido à racionalidade instrumental” (FURTADO, 1980a, p. 4)

⁴Por sistema de divisão internacional do trabalho entende-se que uma parte do mundo, isto é, as economias primário-exportadoras se especializariam na produção de alimentos e matérias-primas para as nações desenvolvidas e estas em contrapartida ficariam encarregadas de exportar manufaturados (PREBISCH, 2000).



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

As economias industriais que surgiram na Europa ainda nos séculos XVIII e XIX trataram de estabelecer com a divisão internacional do trabalho que as áreas coloniais se especializariam na produção de matérias-primas e produtos agrícolas, voltadas à exportação aos países centrais e os países desenvolvidos, já com uma indústria madura e detentores de progresso técnico, exportariam manufaturados aos países subdesenvolvidos. Devido a essa relação, o caráter de dependência dessas economias periféricas tendeu a se reforçar ao longo da história.

Para entender o subdesenvolvimento brasileiro, é necessária uma compreensão do processo de industrialização do país, composto por duas fases: de 1880 a 1929 e de 1930 a 1960 (FURTADO, 2003). A primeira fase refere-se a um período quando o Brasil tinha um alto coeficiente de participação no sistema de divisão internacional do trabalho. As indústrias que caracterizam esse período são complementares da atividade de exportação e de produção de bens de consumo básicos como têxteis e alimentos. Com a Crise de 1929 uma nova situação se coloca para os países periféricos, particularmente o Brasil, pois, com a depressão, os países subdesenvolvidos diminuem sua participação no sistema de divisão internacional do trabalho, iniciando um processo de “fechamento”, no qual a industrialização passou a se orientar por meio da substituição de importações com a criação de indústrias de base. Para Furtado (1981; 2003), na segunda fase, que compreende o período pós-1930, tratava-se de recuperar a economia da incapacidade para importar. Nos países periféricos, como o Brasil, a substituição de importações significou avanço dos investimentos por parte do Estado e a instalação de filiais das empresas multinacionais. É quando se instala também uma indústria pesada.

O presente artigo pretende, portanto compreender por que o Brasil se industrializou e continuou subdesenvolvido levando em conta que o caráter de dependência do país tendeu a se acentuar ainda mais ao longo dos anos, sobretudo quando há a constituição do período pós-nacional. Nesse sentido, para compreensão desse estudo, o artigo está dividido em quatro seções além desta introdução: a seção 2 apresenta de forma geral que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são duas faces de um mesmo processo histórico, isto é, que ambas são o resultado da Revolução Industrial; a seção 3 discute acerca da industrialização subdesenvolvida levando em consideração particularmente o caso do Brasil; a seção 4 discute sobre o pós-Segunda Guerra Mundial e o aprofundamento do subdesenvolvimento no Brasil, no qual a discussão será feita até



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

o período que corresponde os anos 60. E por fim, na seção 5 são apresentadas as conclusões.

2. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento: duas faces de um mesmo processo histórico

A Revolução Industrial inglesa encontra-se intimamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo. Representa o começo dessa nova fase, que se iniciou particularmente na Europa Ocidental e esteve baseada em relações sociais específicas. Nessa região, a introdução de novas formas de produção, com base na técnica, substituiu modos de produção tradicionais e permitiu por sua vez, o conseqüente aumento de produtividade. O capitalismo, que se tornou um novo modo de produção na sociedade desde então, significou transformações sociais, difusão de valores, entre os quais a industrialização, com novas formas de produção voltadas à acumulação com base no progresso técnico⁵. Entretanto, a difusão do progresso técnico tende a ser de forma irregular no mundo, pois estas são direcionadas conforme os interesses das nações criadoras dessas técnicas, no qual sua difusão de maneira irregular entre os países permitiu o entendimento do sistema centro-periferia⁶.

A relação centro-periferia se insere no quadro da divisão internacional do trabalho, no qual este último acompanhou o processo de surgimento da civilização industrial, condicionando a estrutura de dominação-dependência. Essa relação resultou da iniciativa dos países centrais de ampliar seu comércio ou criar novos mercados com o intuito de manter seu ritmo de acumulação. As economias industriais que surgiram na Europa com a Revolução Industrial – primeiramente a Inglaterra, depois França e então Alemanha⁷ – trataram de estabelecer com o quadro da divisão internacional do trabalho que as áreas coloniais ficariam encarregadas de se especializar na produção de matérias-primas e

⁵O progresso técnico encontra-se relacionado basicamente com as transformações ocorridas numa estrutura social. Assim, de acordo com Furtado (1980a): “progresso técnico é, em realidade, uma expressão vaga que, no seu uso corrente, cobre o conjunto das transformações sociais que tornam possível a persistência do progresso da acumulação, por conseguinte a reprodução da sociedade capitalista (FURTADO, 1980a, p. 7).

⁶A relação centro-periferia foi criada pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). “O ponto de partida do entendimento da contribuição da CEPAL à história das ideias econômicas deve ser o reconhecimento de que trata-se de um corpo analítico específico, aplicável a condições históricas próprias da periferia latino-americana” (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 16).

⁷Oliveira (2003), baseado em outros autores que o precederam mostrou porque a Inglaterra foi pioneira no processo de Revolução Industrial e por isso representa o capitalismo originário.



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

produtos agrícolas e os países desenvolvidos, já com uma indústria madura e detentores de progresso técnico, exportariam manufaturados aos países subdesenvolvidos. Segundo Furtado (1980a):

Pouca dúvida pode haver de que o sistema de divisão internacional do trabalho – a especialização geográfica erigida em princípio básico ordenador das atividades econômicas – é fruto da iniciativa do núcleo industrial em seu empenho de ampliar os circuitos comerciais existentes ou de criar novos. A iniciativa esteve com a economia que se industrializava e gerava o progresso técnico: a acumulação rápida que nela tinha lugar constituía o motor das transformações que se iam produzindo por toda parte. As regiões que, nesse quadro de transformações, tinham suas estruturas econômicas e sociais moldadas do exterior, mediante a especialização do sistema produtivo e a introdução de novos padrões de consumo, viriam a constituir a periferia do sistema (FURTADO, 1980a, p. 83).

De forma geral, no quadro da divisão internacional do trabalho, os países subdesenvolvidos deveriam se especializar na produção e exportação de matérias-primas e produtos agrícolas. Ao se especializarem numa atividade, obtinham o excedente no qual por meio deste conseguiam importar produtos dos países industriais. E será por conta disso, em grande medida, que essas economias serão marcadas por uma situação de dependência. De acordo com Furtado (1980a):

Povos com sistemas econômicos os mais diversos serão induzidos, de uma ou outra forma, a especializar-se como meio de ter acesso aos mercados do centro. Numa fase inicial, ao nível das atividades produtivas continuava a prevalecer a forma autoritária de apropriação do excedente. Por toda essa periferia, o dismantelamento das formas tradicionais de dominação social far-se-á de forma parcial, em função da maneira como será apropriado e utilizado o novo excedente surgido da inserção no sistema de divisão internacional do trabalho. A essa diferença na evolução das estruturas sociais deve-se a heterogeneidade que marcará definitivamente o sistema capitalista e a situação de dependência em que permanecerão amplas áreas (FURTADO, 1980a, p. 81-82).

É preciso destacar que neste processo de divisão internacional do trabalho o caráter de dependência das áreas periféricas se torna mais acentuado quando se analisa a questão da deterioração dos termos de troca. Por meio desta relação, expressa por Prebisch (2000), entende-se que o progresso técnico, que tende a se concentrar nos



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

centros, difunde-se de maneira desigual pelos países no globo, de maneira que os subdesenvolvidos não conseguem colher os benefícios dos avanços no centro.

O progresso técnico permite que os países do centro alcancem um elevado nível de produtividade, mas estes não repassam essa melhoria para os preços dos produtos finais, baixando-os, de forma que o acesso dos países subdesenvolvidos a esses manufaturados ficasse mais barato. Ao contrário disso, Prebisch (2000) mostra que os preços dos produtos manufaturados tendem a subir ao longo dos anos (apesar dos avanços na produtividade, a fim de sempre se ampliar o lucro do capitalista). E, ao mesmo tempo, há uma queda dos preços dos produtos primários exportados pelos países periféricos aos industrializados. Se a relação de preços melhorasse em favor da periferia conforme o aumento de produtividade, “os países periféricos teriam aproveitado, com a mesma intensidade que os países centrais, a baixa dos preços dos produtos finais da indústria” (PREBISCH, 2000, p. 81). Entretanto, como os países centrais conservam para si o progresso técnico, por meio dos preços sempre altos, os países periféricos não são beneficiados pelas inovações. Assim, ao longo da história, “[...] enquanto os centros preservaram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico” (PREBISCH, 2000, p. 83).

O processo de acumulação é o elemento propulsor do progresso das técnicas. Entretanto, a forma como se dá o processo de acumulação nos países é de maneira variada. O processo de acumulação possui dois eixos. Segundo Furtado (1980a):

a) o desenvolvimento das forças produtivas: o aumento da capacidade do sistema de produção concebido em sentido amplo, incluída a sua infraestrutura física e a capacidade humana para operá-lo; b) a acumulação fora do sistema de produção: na infraestrutura urbana e residencial, nos bens de consumo duráveis, nos monumentos, templos e casas de diversões, nos sistemas de segurança, no desenvolvimento da capacidade humana não ligada às atividades produtivas (FURTADO, 1980a, p. 54).

Os dois eixos do processo de acumulação se subordinam à racionalidade. Furtado as divide em instrumental⁸ e substantiva. A primeira decorre do esforço de criação do

⁸Sobre a racionalidade instrumental, diz Furtado (1980a, p. 57): “O que chamamos de desenvolvimento das forças produtivas não é outra coisa senão a adoção de formas mais racionais de comportamento ao



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

homem para alcançar um fim preestabelecido. Já a racionalidade substantiva deriva da atividade criadora aplicada aos fins da vida social considerados em si mesmos (FURTADO, 1980a).

A Revolução Industrial inglesa é um elemento-chave para entender desenvolvimento e subdesenvolvimento porque representou o momento de formação de um novo sistema econômico mundial, que através da aceleração da acumulação de capital juntamente com a transformação dos elementos da produção em mercadorias, introduziu mudanças significativas em todo o mundo. De acordo com Furtado (1980a):

As conseqüências desse processo que conduz do capitalismo comercial ao industrial foram de duas ordens principais. Por um lado, abrem-se novas e consideráveis possibilidades à divisão social do trabalho, particularmente no setor manufatureiro: a especialização a nível do produto ou de uma fase importante da produção – a pressão das corporações se exercia no sentido da integração vertical da produção – seria substituída pela divisão do trabalho em tarefas simples, o que ampliava a possibilidade do uso de instrumentos. Por outro lado, o principal interlocutor do capitalista deixa de ser um membro da estrutura de dominação social, ou uma entidade com direitos inalienáveis, para ser um trabalhador isolado, facilmente substituível em razão da simplicidade da tarefa que realiza (FURTADO, 1980a, p. 4).

As transformações ensejadas por esse processo representaram, portanto, o ponto de partida do desenvolvimento⁹ de alguns países, e também o processo histórico do subdesenvolvimento de outros. Como diz Furtado (2003): “[...] desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados como dois aspectos de um mesmo processo histórico, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna” (FURTADO, 2003, p. 88).

A Revolução Industrial possui duas formas. De acordo com Furtado (1972, p. 9): “[...] a) transformação de técnicas produtivas, inicialmente nas manufaturas e nos meios de transporte, e b) modificação nos padrões de consumo”. A primeira forma deriva da transformação e até mesmo destruição de um modo de produção que dá lugar a novas

nível desses grupos intertemporais que constituem o sistema de produção. Mas não devemos perder de vista que a racionalidade, neste caso, é instrumental, portanto, supõe a existência de fins preestabelecidos.
⁹O processo de desenvolvimento, além de assumir o caráter de aumento de produtividade, está marcado também por um processo de adaptação do homem às novas estruturas sociais. É por isso que o desenvolvimento é visto por Furtado como um processo que envolve tanto a dimensão econômica quanto a cultural (FURTADO, 2003).



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

formas de produção que permitem aumento de produtividade com base no progresso da técnica, no qual este processo é realimentado por conta da acumulação de capital e por isso está relacionado à ideia de progresso. A segunda forma está relacionada à modernização dos padrões de consumo.

Os países que assumem a primeira forma são os que passaram por um processo de desenvolvimento. O desenvolvimento está ligado à transformação das estruturas sociais (FURTADO, 2003). Por ser um processo de adaptação das estruturas sociais baseado num novo ritmo de vida, o desenvolvimento irá assumir duas dimensões, a saber: a econômica e a cultural. Estas dimensões devem ser captadas em conjunto. De acordo com Furtado (2003):

Vejamos em termos concretos como se inter-relacionam as duas dimensões referidas do processo de desenvolvimento. De um lado temos os aspectos percebidos pelo economista: aumento da quantidade de bens e serviços que à sua disposição tem uma coletividade em seu conjunto. De outro, temos o seguinte problema, mais geral: por que se produz determinada constelação de bens e não outra? Em benefício de que se faz o desenvolvimento? Que relação existe entre a escala de preferências ordenadora da atividade econômica e a intensidade do desenvolvimento? Assim, ele não é simples questão de aumento de oferta de bens ou de acumulação de capital; possui ele um *sentido*, é um conjunto de respostas a um projeto de autotransformação de uma coletividade humana. Mesmo quando se trata de um fenômeno *induzido*, isto é, quando o fator dinâmico decorrerá do projeto de autotransformação que se crie na coletividade, ou nos grupos que nela exerçam uma atividade política. O fator dinâmico externo não será jamais condição suficiente para o desenvolvimento (FURTADO, 2003, p. 102-103).

Os países que assumem a forma de desenvolvidos são aqueles que se dotaram de um nível mais alto de acumulação e com isso puderam ensejar transformações sociais. É pelo fato de a acumulação encontrar-se ligada aos fatores responsáveis pelo aumento da produtividade, isto é, ao progresso tecnológico e às transformações no perfil da demanda, que a acumulação consegue provocar transformações sociais. Segundo Furtado (2003):

A acumulação de capital acompanha todas as formas de desenvolvimento e se pode dizer que ela é condição necessária – contudo, não é ela em si o fator primário responsável pelo desenvolvimento. A acumulação constitui mais um limite às possibilidades de desenvolvimento, ainda que na prática só excepcionalmente esse limite se comporte como freio efetivo. *Strictu*



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

sensu, a acumulação é um simples ato de limitação do consumo presente em benefício do consumo futuro. Ela teria alcance limitado se não estivesse ligada a um dos outros dois fatores responsáveis pelo aumento de produtividade. O primeiro desses fatores é o progresso tecnológico [...]. O segundo traduz uma modificação estrutural decorrente de transformações no perfil da demanda (FURTADO, 2003, p. 104).

O desenvolvimento surge da capacidade do homem de introduzir técnicas que permitam transformar uma estrutura social. O surgimento de novas técnicas foi possível por conta da inventividade, no qual esta não foi por acaso, pois decorreu da capacidade do homem de inovar, ou seja, da sua racionalidade. “O comportamento racional do homem tem sua origem na prática da produção dos meios de subsistência” (FURTADO, 1980a, p. 43). Dessa maneira, a capacidade racional do homem para agir e produzir, isto é, inovar e criar técnicas que permitam um aumento da produtividade, deriva da existência da acumulação e da inventividade. Segundo Furtado (1980a):

O comportamento é tanto mais *racional* quanto mais facilmente se obtêm os fins almejados, dados os meios disponíveis. Comportamento racional corresponde, portanto, a comportamento eficiente, e maior eficiência significa progresso técnico. Ora, o progresso técnico é fruto da criatividade humana, da faculdade do homem para inovar. Portanto, é essa faculdade que possibilita o avanço da racionalidade no comportamento, que cria o *desenvolvimento*. É neste sentido que a ideia de desenvolvimento se liga intimamente à de eficiência, de maior racionalidade no comportamento humano, sendo a técnica um simples complemento dos meios naturais de que dispõe o homem para agir (FURTADO, 1980a, p. 43-44).

O homem então, para aumentar a produtividade do trabalho, criou técnicas, no qual estas só podem ser transmitidas mediante um processo de acumulação. O conceito de desenvolvimento possui dois sentidos, de acordo com Furtado (1980a): o primeiro seria a evolução de um sistema social de produção mediante a acumulação e o progresso das técnicas, que elevam a produtividade do conjunto de sua força de trabalho, e o segundo relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas, que levam à homogeneização social¹⁰.

¹⁰Sobre a homogeneização social, destaca-se que este conceito “não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que os membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais” (FURTADO, 1992, p. 38).



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

Os países subdesenvolvidos são, portanto, aqueles que assumem a forma de um processo de modernização, acionado por meio da demanda de consumo. Isso significa propriamente que um novo estilo de vida disseminado na sociedade, em grande medida restrito às burguesias¹¹ começava

graças à importação de produtos novos, enquanto os processos produtivos permaneciam antigos, nos padrões tradicionais, não havendo internalização substantiva de progresso técnico. De acordo com Furtado (1992):

O subdesenvolvimento é fruto de um desequilíbrio na assimilação das novas tecnologias produzidas pelo capitalismo industrial, o qual favorece as inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida o atraso na absorção de técnicas produtivas mais eficazes. É o que os dois métodos de penetração de modernas técnicas se apóiam no mesmo vetor, que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. É a desarticulação entre esses dois processos que configura o subdesenvolvimento (FURTADO, 1992, p. 41-42).

Furtado, para melhor ilustrar o entendimento do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, classifica-os enquanto autônomo ou dependente:

Num esforço de simplificação, poderíamos definir o processo de desenvolvimento autônomo como aquele em que a ordenação dos fatores primários de impulsão seria a seguinte: progresso tecnológico → acumulação de capital → modificações estruturais decorrentes de alterações no perfil da demanda. No extremo oposto, teríamos o processo de desenvolvimento essencialmente dependente, no qual a sequência é inversa: modificações na composição da demanda → acumulação de capital → progresso tecnológico (FURTADO, 2003, p. 106).

Furtado (2003) vai entender a relação existente entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento da seguinte forma:

[...] consideraremos o subdesenvolvimento como uma criação do desenvolvimento, isto é, como consequência do impacto, em grande número de sociedades, de processos técnicos e de formas de divisão do

¹¹Sobre o caráter da burguesia brasileira, recomenda-se a leitura de Fernandes (1976).



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De

Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

trabalho irradiados do pequeno número de sociedades que se haviam inserido na revolução industrial em sua fase inicial, ou seja, até fins do século XIX. As relações que se estabelecem entre esses dois tipos de sociedades envolvem formas de dependência que tendem a autoperpetuar-se. Essa dependência apoiou-se, inicialmente, num sistema de divisão internacional do trabalho que reservava para os centros dominantes as atividades produtivas em que se concentrava o progresso tecnológico. Em fase subsequente, a dependência resultou do controle exercido por grupos das economias dominantes sobre as atividades que, nas economias dependentes, mais assimilavam novas técnicas (FURTADO, 2003, p. 87-88).

A forma como os diferentes países criam e se apropriam do excedente social e econômico devido ao aumento de produtividade no processo de industrialização está na base do entendimento do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Segundo Furtado (1996):

O que cria a diferença fundamental e dá origem à linha divisória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é a orientação dada à utilização do excedente engendrado pelo incremento de produtividade. A atividade industrial tende a concentrar grande parte do excedente em poucas mãos e a conservá-lo sobre o controle do grupo social diretamente comprometido com o processo produtivo. Por outro lado, como o capital invertido na indústria está sendo constantemente renovado, a porta fica permanentemente aberta para a introdução de inovações. Dessa forma, um sistema industrial tende a crescer por suas próprias forças, a menos que seja submetido à insuficiência de demanda efetiva. Explica-se, assim, que aqueles países que procuraram criar um sistema econômico nacional, na segunda fase da evolução do capitalismo industrial, hajam protegido atividades agrícolas e outras, que não ofereciam “vantagens comparativas”. Mediante essa proteção eles asseguravam demanda do setor industrial, compensando amplamente com incrementos de produtividade neste setor o que perdiam nas demais atividades “protegidas” (FURTADO, 1996 p. 23-24).

Destaca-se que enquanto nas estruturas centrais o excedente esteve ligado ao processo de acumulação que permitiu que ocorressem mudanças e inovações nos processos produtivos, nas economias periféricas tratou-se de diversificar os padrões de consumo de uma minoria. A ampliação do excedente foi possível por conta da inserção dessas economias no sistema de divisão internacional do trabalho, porém a especialização que permitia o aumento do excedente no sistema de divisão internacional do trabalho não provocou nas economias periféricas modificações no sistema de dominação social. Assim, percebe-se que as economias periféricas ao se encontrarem inseridas no sistema



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

de divisão internacional do trabalho permaneceram com base em critérios autoritários e tradicionais no seu método de produção e moderna nos seus padrões de consumo, no qual a busca era aumentar o excedente e não a produção. É por conta disso que a passagem para a agricultura moderna foi acompanhada de redução de emprego, ou seja, alcançava-se maior excedente com redução de emprego através do aumento da mais-valia absoluta¹².

O país aumenta produtividade não porque cria tecnologia, mas por meio da exportação de produtos primários. Devido ao crescimento deste setor o país pode elevar o nível de renda de parte da população e importar produtos e, portanto, modernizar os hábitos de consumo da população. Num segundo momento, a elevação da produtividade foi conseguida com a crise do setor exportador, isto é, tal elevação não decorria mais das vantagens comparativas, mas da transformação dos processos produtivos quanto da diversificação do consumo. Entretanto, a introdução de progresso técnico, mesmo nesta fase, apresentou-se de forma desigual e lenta devido à situação de dependência. Assim, nota-se que as economias periféricas permanecem dependentes ao não assimilarem progresso tecnológico, mantendo ao longo da história a perpetuação da relação centro-periferia. Como deter progresso tecnológico significa deter poder, de um lado situa-se quem comanda e do outro, quem é comandado.

3. A industrialização subdesenvolvida: apontamentos sobre o Brasil

O desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, primeiramente na Inglaterra e depois nos países atrasados, como França, Alemanha e também Estados Unidos¹³, resultou da especificidade de seus respectivos modos de vida e produção que precedem e permitem o surgimento da industrialização nesses países¹⁴ na etapa

¹²Por mais-valia absoluta entende-se como o processo em que se prolonga a jornada de trabalho, isto é, segundo Marx (1996): “O prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital – isso é produção da mais-valia absoluta” (MARX, 1996, p. 138).

¹³Em relação à industrialização dos países centrais, destaca-se a obra de Oliveira (2003).

¹⁴Na Inglaterra, a origem da industrialização esteve atrelada à ação do capital comercial que ao atuar sobre a estrutura dos pequenos produtores independentes destruiu o regime feudal, no qual devido a essas condições a produção de mercadorias pode ser aumentada, pois a economia se transforma em produtora de valores de troca e altera as formas de organização da produção, de maneira a incrementar a produtividade do trabalho e a produção mercantil. A França era composta por uma pequena produção na agricultura, protegida por alianças políticas com uma burguesia que era receosa dos avanços do proletariado. Nesse sentido, a burguesia se mostrou lenta para modernizar os processos produtivos. Na Alemanha, a especificidade da sua industrialização decorreu do forte apoio que a agricultura do Leste e Noroeste ofereceu ao modernizar-se e garantir níveis de exportação e abastecimento interno. Apesar da transformação da grande propriedade *junker* em propriedade capitalista, esta foi lenta e a débil agricultura



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

concorrencial, entendida como o período até o fim do século XIX. Somente após 1929, já em meio ao capitalismo monopolista do século XX, é que se pode falar em industrialização no Brasil, um processo, portanto, mais que tardio.

Há várias distinções entre a industrialização que ocorre nos países desenvolvidos e a dos países subdesenvolvidos. Os países que passaram pelo processo de desenvolvimento foram marcados por transformações nas estruturas sociais, ao destruir as atividades preexistentes, ao introduzirem mudanças tecnológicas nos processos produtivos e, portanto, modificarem a oferta de bens e serviços. Ou seja, no centro se tratou de revolucionar a estrutura da oferta de bens e serviços para alcançar meios mais eficientes para atender posteriormente a uma demanda. O caminho tomado pelas economias desenvolvidas foi o de um nível mais alto de acumulação devido à existência de um excedente obtido por meio dos aumentos de produtividade por conta da divisão do trabalho e do domínio da tecnologia. A introdução de novas formas de produção, com base na técnica, substituiu modos tradicionais de produção. As conseqüências disso foram sentidas em todos os terrenos: políticos, econômicos e sociais. Segundo Furtado (2003), a maior beneficiada pelas transformações foi a classe capitalista¹⁵:

Na base de todas essas transformações estava a substituição de modos tradicionais de produção por outro em que o capital, na forma de equipamentos, era utilizado crescentemente. Os frutos dos aumentos de produtividade revertiam, quase exclusivamente, para a classe capitalista [...]. A reinversão de lucros traduzia-se em novas indústrias, permitindo que a transformação das estruturas econômicas e sociais prosseguisse em ritmo intenso (FURTADO, 2003, p. 90).

Nas economias subdesenvolvidas, a industrialização é concebida apenas como um processo de modernização nos padrões de consumo da população. Há algumas transformações na estrutura social e produtiva desses países, porém os aumentos de produtividade não corresponderam à melhoria e bem-estar social da população.

camponesa do Sul e do Oeste ofereceram um frágil apoio. Por fim, nos Estados Unidos, foi a expansão da agricultura mercantil, através da colonização do Oeste, por meio de pequenas propriedades ou plantações escravistas que permitiu o crescimento da indústria (OLIVEIRA, 2003).

¹⁵Deve-se destacar que a maior beneficiada, sem dúvida, foi a classe capitalista, mas a classe trabalhadora nos países do centro do sistema também conquistou por meio da luta de classes uma fatia importante do excedente econômico, que se materializa principalmente nas políticas do Bem-Estar Social, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial.



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

As características gerais de uma industrialização subdesenvolvida como a brasileira decorrem num primeiro momento de a economia encontrar-se inserida no processo de divisão internacional do trabalho como produtora e exportadora de produtos primários para os países do centro. Num segundo momento, é marcada pelo processo de substituição de importações¹⁶. Nesta segunda fase, a economia procura sair do lugar que ocupava na divisão internacional do trabalho mediante certa assimilação de tecnologia dos países desenvolvidos e diversificação do consumo, porém, a assimilação da nova tecnologia depende da orientação dos países cênicos, já que estes são os detentores da tecnologia. Nos países periféricos, isso significou certo avanço dos investimentos, sobretudo por parte do Estado, e, posteriormente, a instalação de filiais das empresas multinacionais. Assim, a tecnologia moderna trazida para o país, por não absorver a totalidade das pessoas que necessitavam de trabalho, não resolvia o problema do desemprego, funcional para que seus salários permanecessem baixos. Por conta disso, o fenômeno da concentração da renda tendia a se agravar (FURTADO, 2003).

O processo de industrialização brasileiro possui diferentes periodizações¹⁷. Na visão de Furtado (2003), este processo compreende duas fases bem definidas:

¹⁶Costuma-se atribuir a industrialização substitutiva de importações no Brasil ao período que vai de 1930 a 1970. “Um dos traços mais marcantes da economia brasileira a partir de 1930 é a expressiva expansão do seu setor industrial. Este, principalmente após 1933, começou a liderar as taxas de crescimento da renda e do emprego, ao mesmo tempo que as culturas de exportação sofriam os revezes da crise internacional. A crise da agroexportação criava condições para que a economia se direcionasse preponderantemente ao mercado interno, o que contou com a política governamental a seu favor. Iniciou-se, assim, um período de aproximadamente cinco décadas – que duraria até o final da década de 1970, com a conclusão dos investimentos do II PND, do governo Geisel – que é conhecido como processo de substituição de importações (FONSECA, 2009, p. 1). Sobre este período, ver também Tavares (1974). Deve-se ressaltar ainda que Bielschowsky (2000b) considera que 1930 é o período do início do ciclo do desenvolvimentismo no Brasil.

¹⁷Além da periodização de Furtado (2003), pode ser citada a periodização de Mello (2009). Na interpretação deste autor, o período que se estende de 1888 a 1933 marca o momento de nascimento e consolidação do capital industrial. Mais que isto, o intenso desenvolvimento do capital cafeeiro gestou as condições de sua negação, ao engendrar os pré-requisitos fundamentais para que a economia brasileira pudesse responder criativamente à “Crise de 1929”. “De um lado, constituem-se uma agricultura mercantil de alimentos e uma indústria de bens de consumo assalariado capazes de, ao se expandirem, reproduzir ampliadamente a massa de força de trabalho oferecida no mercado de trabalho, que já possuía dimensões significativas; de outro, forma-se um núcleo de indústrias leves de produção (pequena indústria do aço, cimento, etc.) e, também, uma agricultura mercantil de matérias-primas que, ao crescerem, ensejariam a reprodução ampliada de fração do capital constante sem apelo às importações” (MELLO, 2009, p. 88-89). “[...] Em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção,



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De

Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

[...] a primeira, que se estende de fins do século XIX até 1929, teve como fator dinâmico principal a elevação do nível de renda causada pela expansão das exportações; a segunda, que se estende pelos três decênios seguintes (dos anos 1930 até o fim de 1950), teve como causa primária as tensões estruturais motivadas pelo declínio da capacidade para importar (FURTADO, 2003, p. 108).

Na primeira fase da industrialização brasileira é possível verificar o desenvolvimento de um setor de consumo assalariado, no qual o país tinha um alto coeficiente de participação no sistema de divisão internacional do trabalho. De acordo com a análise de Furtado (2003):

A primeira fase pode ser observada com nitidez através do desenvolvimento da indústria têxtil. A especialização apoiada na exportação de produtos primários – café, borracha, cacau, etc. – permitira uma elevação da renda nacional e a expansão do mercado interno de produtos de consumo geral. Sendo as atividades de exportação altamente absorvedoras de mão-de-obra, o aumento das vendas ao exterior se traduzia, necessariamente, em aumento do poder de compra dos assalariados. Essa demanda era satisfeita, inicialmente, com produtos de importação e, numa segunda fase, com produção interna. A formação de um mercado interno é condição necessária mas não suficiente da industrialização. Um certo protecionismo desempenhou, por toda parte, papel fundamental nessa primeira fase (FURTADO, 2003, p. 109).

Já a segunda fase se desenvolve por conta da incapacidade para importar, devido à situação do comércio internacional imposta pela crise de 1929. Segundo Furtado (2003):

Em sua segunda fase, o processo de industrialização apresenta uma complexidade muito maior. Tem sido ele qualificado de substitutivo de importações, se bem que a fase anteriormente referida também apresentava essa característica, porquanto a demanda preexistia, sendo satisfeita mediante importações. O que verdadeiramente caracteriza a segunda fase são as tensões estruturais engendradas pelo declínio da capacidade para importar, tensões essas que podem impulsionar a industrialização caso se apresentem certas condições. A primeira delas é a existência de uma base industrial significativa, isto é, de um desenvolvimento industrial anterior. A segunda condição é que o mercado interno haja alcançado uma dimensão que comporte a

que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial” (MELLO, 2009, p. 89-90). De 1956 até 1961, há na visão de Mello, a industrialização pesada, representada por um “[...] crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo” (MELLO, 2009, p. 95).



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

diversificação imediata da atividade industrial. A terceira é que o país não seja essencialmente dependente da importação de alimentos e outras matérias-primas requeridas pela indústria de bens de consumo geral (FURTADO, 2003, p. 111).

Portanto, na segunda fase da industrialização brasileira, devido à crise de 1929 a participação no sistema de divisão internacional do trabalho sofreu redução. Segundo Furtado (2003):

A crise mundial de 1929 e a depressão prolongada que se seguiu encerraram para grande parte da região o período de avanços na inserção no sistema de divisão internacional do trabalho. Iniciou-se, então, um processo de reversão, pelo qual a maioria das economias nacionais da região teve, por outro modo, de reduzir o seu coeficiente de inserção no mercado mundial. Esse processo de “fechamento” assumiu duas formas. A primeira consistiu simplesmente em reversão dos fatores antes utilizados em atividades dependentes do setor externo no âmbito da economia pré-capitalista, na agricultura ou no artesanato. A segunda consistiu na industrialização. As duas formas ocorreram em graus distintos por toda parte, mas o êxito da industrialização foi muito irregular, o que facilmente se explica levando em conta que ela se apoiava em mercados internos de dimensões muito desiguais. Em uns poucos países o impulso dado à economia nacional pela industrialização permitiu que esta alcançasse, ainda que em períodos limitados, taxas de crescimento relativamente altas, iguais ou superiores àqueles atingidas na fase de crescimento das exportações (FURTADO, 2003, p. 137)

De forma geral, a industrialização periférica brasileira inserida no sistema de divisão internacional do trabalho deriva da ideia de que, ao se encontrarem apoiadas na produção de produtos primários para exportação, essas economias vão conhecer os aumentos de produtividade não por conta da introdução de novas técnicas, mas devido à especialização. A partir do momento então que esses países conhecem seus aumentos de produtividade, essas economias conhecerão um incremento do excedente. Por conta disso, haverá um aumento da renda *per capita* o que permitirá que estes países possam diversificar a pauta de seu consumo.

As transformações das regiões periféricas como a brasileira, entretanto, não se davam num mesmo sentido, ou seja, enquanto a demanda interna se diversificava e se podia comprar produtos do exterior devido ao aumento da renda, a oferta interna de produtos para o mercado externo se enrijecia cada vez mais, pois esta dependia do comportamento da demanda externa. Dessa forma, de acordo com Furtado (1980a):



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

A realocação de recursos produtivos em função das vantagens comparativas implicava em simplificar a estrutura produtiva. Essas economias demasiadamente especializadas vieram mesmo a ser conhecidas, caricaturalmente, como *monoprodutoras*. Em todo caso, a oferta de origem interna fazia-se extremamente rígida e, portanto, altamente dependente do comportamento da demanda externa. A evolução da demanda de origem interna apresentava características totalmente diversas. O aumento da renda assumia a forma de capacidade de compra no exterior, onde brotava a torrente de produtos novos. A tendência, portanto, era no sentido de uma rápida diversificação. Mas também neste caso, a dependência do exterior era crescente (FURTADO, 1980a, p. 105).

Quanto a esta questão, esclarece ainda Furtado (1980a, p. 106):

O processo de transformação assumia a forma de uma demanda interna que se diversificava rapidamente em face a uma oferta interna que se fazia mais e mais rápida. O traço característico da economia periférica era, por conseguinte, a fragilidade, a tendência a desequilíbrios internos e externos.

A industrialização subdesenvolvida no quadro da divisão internacional do trabalho tem origem mediante a oferta interna de bens que seriam exportados que permitiam conseqüentemente o aumento da importação de produtos manufaturados, o que não requeria mudanças na forma de produzir. Este processo é chamado de modernização e é aí que está a origem da industrialização periférica. A partir do momento em que não era possível sustentar o sistema estabelecido por meio da importação e exportação de produtos por conta de problemas que os países periféricos observavam na sua balança de pagamentos, foi preciso tomar realmente o caminho da industrialização, inicialmente pelo processo de substituição de importações, que é uma característica elementar dos países subdesenvolvidos. Segundo Furtado (1980a):

[...] a inserção no sistema de divisão internacional do trabalho da economia que se periferiza deve ser percebida como uma transformação de conjunto desta: os seus principais setores são remodelados pelo esforço de modernização [...]. A partir do momento em que surgem dificuldades para avançar pelo caminho da especialização exterior, multiplicam-se as tensões ao nível da balança de pagamentos. Essas tensões reorientam as transformações, o que somente pode ser obtido mediante a diversificação do sistema produtivo em função do mercado



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

interno. Essa diversificação é a industrialização (FURTADO, 1980a, p. 110-111).

É a partir da crise do setor exportador que a industrialização nos países subdesenvolvidos como o Brasil chega a diversificar de certa forma a sua estrutura de produção. Segundo Furtado (2003, p. 95):

Essa industrialização constitui o caso exemplar do que posteriormente se chamaria de desenvolvimento impulsionado pela substituição de importações: a fim de que a oferta de origem interna possa satisfazer, embora parcialmente, um mercado de manufaturas antes abastecido por produtos importados, os investimentos devem orientar-se no sentido de diversificar a estrutura do sistema de produção.

A industrialização brasileira por meio do processo substitutivo de importações ocorre mediante a diversificação da estrutura produtiva, porém, a assimilação da nova tecnologia depende da orientação dos países cênicos, já que estes são os detentores da tecnologia. No Brasil assim como nos demais países periféricos, isso significa na prática a instalação de subsidiárias das empresas dos países centrais.

Por conta disso, o fenômeno da concentração da renda tendeu a se agravar. A tecnologia vinda do centro para a periferia era exógena à periferia. Isto é, não condizia com a sua realidade. Isto significava que a assimilação da tecnologia moderna não era criada para resolver os problemas da periferia, de modo que conforme a tecnologia é importada por esses países torna-se poupadora de mão de obra, não ajudando a resolver o problema do desemprego nesses países. De acordo com Furtado (1996), a substituição de importações tendeu a:

[...] reproduzir em miniatura sistemas industriais apoiados em um processo muito mais amplo de acumulação de capital. Na prática, essa miniaturização assume a forma de instalação no país em questão de uma série de subsidiárias de empresas dos países cênicos, o que reforça a tendência para reprodução de padrões de consumo de sociedades de muito mais elevado nível de renda média. Daí resulta a conhecida síndrome de tendência à concentração da renda, tão familiar a todos os que estudam a industrialização dos países subdesenvolvidos (FURTADO, 1996, p. 24-25).

Verifica-se então que a relação existente entre o processo de industrialização nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos se encaminhou de forma totalmente contrária,



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

pois enquanto um tratou de se industrializar pelo caminho da oferta, o outro foi pelo caminho da modificação da demanda via imitação de padrões de consumo do centro. Nesse sentido, percebe-se então, que sobre os dois ângulos, a industrialização brasileira, ainda que tenha avançado após a década de 1930 e durante a fase da industrialização pesada, não buscou assimilar tecnologia nos processos produtivos revolucionando o lado da oferta, mas sim atender, em primeiro lugar, a uma demanda por meio da modernização dos hábitos de consumo. Assim, nota-se que nas economias subdesenvolvidas, como é o caso do Brasil, o processo de dependência permanece ao longo dos anos, persistindo uma divergência fundamental entre o centro e a periferia. De um lado situa-se quem comanda e do outro, quem é comandado.

5. O pós-Segunda Guerra Mundial e o aprofundamento do subdesenvolvimento no Brasil

Na década de 1920 o Brasil passou por um importante processo de transformação econômica. Ainda que o país nesse período estivesse assentado sobre a atividade primário exportadora, as transformações impressas ficarão marcadas por meio de um novo padrão de acumulação, tendo como base a industrialização e a urbanização, que tem início após a Crise de 1929. O país passaria a ter um crescimento para dentro, com correspondente mudança na capacidade produtiva, passando do modelo primário exportador para a industrialização com base na substituição de importações.

A existência de uma demanda interna em expansão somada ao declínio da economia primário-exportadora fez com que surgissem transformações no sistema produtivo brasileiro. É a partir disso que se pode perceber que um novo processo de especialização internacional surgiria, isto é, a substituição de importações. Esse processo significou o esforço de tentar diversificar a estrutura produtiva. Entretanto, esse esforço tinha de ser grande, visto que se exigia uma vultosa acumulação. Como a demanda pela modernização já era bem diversificada e os investimentos industriais tendiam a ser dispersos, isso fazia com que as indústrias não adquirissem solidez. Dessa forma, as economias tendiam a se fechar, pois quanto mais o processo de diversificação avançasse mais a produtividade tendia a ser baixa. As economias que se industrializavam pela substituição de importações assumiam duas características centrais de acordo com Furtado (1980a, p. 130):



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

[...] um muito baixo coeficiente de importação de produtos manufaturados finais, portanto uma aparente autonomia no que respeita ao abastecimento interno de produtos manufaturados, e uma total incapacidade para competir nos mercados internacionais desses produtos. Mais avançavam pelo caminho da diversificação, mais baixa era a produtividade. O fechamento refletia não somente o declínio ou lento crescimento das exportações tradicionais, mas também a incapacidade para criar novas linhas de exportação a partir dos setores produtivos que estavam em expansão.

A partir desse contexto de economias fechadas é que o Estado atua para criar indústrias de base. Contudo, a criação dessas indústrias não conseguiu reverter a situação que se fazia presente. Como esclarece Furtado (1980a, p. 131):

A iniciativa dos Estados no sentido de criação de indústrias de base deu certamente maior espessura à atividade industrial, mas de nenhuma forma modificou qualitativamente o quadro [...] cujas características principais eram as seguintes: a) dependência *vis-à-vis* da exportação de uns poucos produtos primários; b) dependência crescente com respeito à tecnologia utilizada, mesmo quando se desenvolvia uma indústria local de equipamento; c) demanda demasiadamente diversificada, relativamente ao nível de acumulação alcançado, e d) não aproveitamento pleno das possibilidades da tecnologia utilizada, em razão da dispersão dos investimentos.

Assim, a dinâmica das economias subdesenvolvidas, como é o caso do Brasil será, sobretudo, influenciada por conta de modificações estruturais nas economias centrais. Ou seja, os Estados Unidos que surgiam como a potência hegemônica principalmente após a Segunda Guerra trataram de reconstruir o sistema capitalista por meio da integração dos mercados nacionais dos países centrais, isto é, a integração derivava da ideia de que as empresas destes países passariam a estruturar-se globalmente. Esse processo de unificação no centro seria o fator de acumulação no período, no qual a tecnologia que se difundia era dos Estados Unidos e a concentração do poder econômico favorecia as empresas com capacidade de ação global.

Nesse sentido, pode-se perceber que nesse momento houve aparentemente a tentativa de unificação das economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, por meio da criação de mecanismos multilaterais que pareciam estar encarregados de criar nessa fase um novo sistema de divisão internacional do trabalho. Porém, tal fato se traduziu na realidade dos países periféricos na configuração de um Estado Nacional com redução de



sua autonomia relativa, diminuindo as possibilidades de garantir o desenvolvimento econômico nacional.

O marco mais característico do capitalismo em sua etapa evolutiva atual reside em que prescindiu de um Estado, nacional ou multinacional, com pretensões de estabelecer critérios de *interesses gerais* disciplinadores do conjunto da atividade econômica. A doutrina que presidiu o novo ordenamento era essencialmente a reconstituição da ideologia liberal inglesa, que serviria para justificar a ponta de lança para implementação do antigo sistema de divisão internacional do trabalho. Os acordos de Bretton Woods (1944) conferiram ao dólar funções de moeda reserva similares as que tivera a libra na época em que mais da metade das exportações de manufaturas mundiais se originaram em portos ingleses. A Carta de Havana e a criação do GATT (1948) definiram os fundamentos de justificação e dos mecanismos de operação para assegurar uma destruição das barreiras do comércio entre as economias capitalistas. Ao contrário do que se pensa geralmente, a formação do Mercado Comum Europeu não estava em desacordo com essa linha evolutiva. Dentro do espírito do GATT o dismantelamento das barreiras tarifárias pode limitar-se a uma sub-região [...] assim que se espera que a sub-região tenda a ampliar-se. O caso do Mercado Comum Europeu [...], este enfoque levava a esperar que a evolução se desse em sentido da expansão dentro da própria Europa Ocidental e, subsequentemente, a formação de um espaço unificado no Atlântico Norte (FURTADO, 1980b, p. 114, tradução nossa).

Furtado mostra que no período anterior à Segunda Guerra, o capitalismo dos Estados Nacionais encontrava-se orientado por Estados rivais em competição que visavam integrar seu espaço econômico internamente, dentro da sua própria nação, sendo, portanto, um capitalismo nacionalista. Contudo, no pós-Segunda Guerra essa orientação se modifica, pois os Estados Unidos ao unificar o espaço econômico no centro permitiram que o processo de acumulação se acelerasse. O poder econômico ao se concentrar nas mãos das grandes empresas fez com que estas se expandissem para outras áreas do globo. As grandes empresas com capacidade de ação global significaram para a periferia um capitalismo cosmopolita pelo fato dessas empresas não terem como objetivo a unificação dos mercados da periferia com os do centro, mas ampliar seu comércio, garantir autonomia e seu espaço de acumulação nos países atrasados e, portanto, retirar das mãos dos Estados nacionais periféricos seu poder de decisão e controle. Este período do pós-guerra Furtado denominará de pós-nacional, justamente pelas transformações no papel do Estado Nacional.



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

O período do pós-Segunda Guerra Mundial denominado de pós-nacional por Furtado, significou a mudança estrutural do sistema econômico internacional. Nesse momento histórico, fica claro que o poder de coordenação passa às mãos das grandes empresas e o poder do governo dos países em que as multinacionais¹⁸ se instalam não se sobrepõe à empresa oligopolistas e financeira.

As grandes empresas, que reúnem um crescente poder dentro das novas estruturas, todavia não possuem um estatuto definido. Os recursos líquidos ou semilíquidos de que dispõe essas grandes empresas, chamadas multinacionais, são na atualidade muito superiores a das reservas de todos os bancos comerciais do mundo capitalista, particularmente se se tem em conta que não pode disponibilizar as reservas em ouro. Os recursos que transitam pelo mercado financeiro internacional e que escapam do controle de qualquer autoridade monetária somam centenas de milhares de milhões de dólares. Desta maneira existe uma esfera de decisões que não se confunde com os quadros institucionais, controlados pelos estados nacionais. Tudo sucede como se houvesse surgido uma nova dimensão em que o sistema de decisões econômicas que escapa dos mecanismos programados de ação dos governos, quer sobre o plano nacional ou internacional. Em síntese, os governos não tem, dentro do quadro institucional atual, possibilidade de *coordenar* a ação que pode exercer todo um conjunto de poderosos agentes do sistema capitalista. Se existe coordenação é realizada pelos oligopólios e pelos consórcios financeiros, em que se manifesta a presença dos governos pela pressão que exercem sobre um ou outro agente (FURTADO, 1980b, p. 118-119, tradução nossa).

Segundo Furtado (1992, p. 14), trata-se de “uma dessas fases da história em que o grau de incerteza com respeito ao futuro passa a cota de tolerância, pondo em risco a coesão social e tornando particularmente difícil a tarefa de governar”.

A modificação importante na economia internacional com a constituição do pós-nacional não é só o campo de ação das empresas transnacionais, mas um desajuste estrutural global, crise financeira internacional e ao aumento da dívida por parte dos

¹⁸Pode-se notar que as multinacionais são, portanto, resultado da Segunda Guerra Mundial, que criou condições para a unificação das economias capitalistas sob o comando dos Estados Unidos. Através do Plano Marshall, a economia norte-americana tinha como objetivo político reconstruir as economias devastadas pela guerra – a Europa e o Japão. Contudo, para isso, os norte-americanos trataram de realizar investimentos diretos estrangeiros na Europa, através da exportação de sua estrutura produtiva e empresas. Posteriormente, em busca de mais lucros e diante da concorrência global com as grandes corporações alemãs e japonesas, as empresas norte-americanas por meio da internacionalização produtiva passaram a instalar filiais em outros países, dentre os quais o Brasil.



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

países subdesenvolvidos. É nesse sentido que a tentativa de unificar os mercados nacionais no pós-Segunda Guerra Mundial não se tornou realidade.

O processo de integração dos mercados nacionais – processo que operou como principal motor do forte crescimento do período 1948-73 – não conduziu propriamente à formação de um sistema econômico global e, sim, a um conjunto de grandes subsistemas, cujas relações mútuas estão longe de ser simétricas. A amplitude da integração pode ser aferida pelo fato de que o intercâmbio comercial entre as economias capitalistas desenvolvidas cresceu com intensidade duas vezes maior do que o produto agregado dessas economias (FURTADO, 1992, p. 14).

A constituição do período pós-nacional é marcado, portanto, pela instalação das empresas transnacionais nas economias periféricas que retiram das mãos do governo desses países seu poder de autonomia, isto é, colocam os Estados nacionais numa posição subordinada aos seus interesses. Esse fato serve para aprofundar ainda mais o caráter de dependência de economias periféricas, como a brasileira, visto que a concentração da renda tende a se agravar devido ao fato de que nem toda a população consegue se beneficiar dos aumentos de produtividade por meio da elevação do salário real e, portanto, conseguir consumir os produtos que são introduzidos no mercado. Sem contar que com a transferência das estruturas financeiras dos países do centro para a periferia fez com que seu campo de ação aumentasse ainda mais e colocasse o país numa posição de maior dependência.

A Segunda Guerra Mundial¹⁹ engendrou condições para que modificações na estrutura industrial brasileira ocorressem. Em síntese, as transformações provocadas na economia brasileira no período que corresponde à segunda metade dos anos 1950 estiveram assentadas numa industrialização com base na vinda para o país de empresas transnacionais. De acordo com Furtado (1983, p. 122): “essa industrialização dirigida exclusivamente ao mercado interno teve o concurso crescente das empresas transnacionais”. Segundo este mesmo autor, essas empresas utilizavam tecnologia e, em muitos casos, equipamentos já amortizados, de forma que puderam contornar as dificuldades criadas pela estreiteza dos mercados, que começava a se apresentar.

¹⁹Para uma análise mais detalhada sobre o debate acerca das transformações da Segunda Guerra Mundial consultar: Block (1980); Helleiner (1994); Moffitt (1984); Wachtel (1988).



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

A ação do capital internacional alterou a substituição de importações no Brasil, pois a acumulação, ao se orientar através de rápida e concentrada internacionalização produtiva, modificou a estrutura industrial na oferta de bens de consumo do país, isto é, esta cresceu acima da capacidade do mercado consumidor. Portanto, pode-se destacar que a internacionalização expandiu a estrutura produtiva brasileira, no qual segundo Campos (2009), o setor de bens de consumo duráveis pesados tinha um preço unitário relativamente alto, tinha consumidores de elevada renda e gerava capacidade ociosa à frente da demanda.

A internacionalização produtiva esteve comprometida com o mercado interno por meio do seu direcionamento aos setores de bens de capital e de consumo duráveis no qual este processo deveu-se às empresas européias, particularmente as alemães que trataram de descentralizar sua estrutura produtiva para a América Latina. Ou seja, nesse momento as empresas européias trataram de internalizar a produção através da transferência de toda a fabricação dos bens duráveis para o Brasil, diferentemente dos Estados Unidos que mantiveram a estrutura comercial vigente, isto é, produzindo apenas parte do processo correspondente a uma fase de montagem.

Do ponto de vista da origem do IDE, a internalização de estrutura produtiva nova para o primeiro ciclo de expansão (1956-1961) foi estimulada por empresas europeias, sobretudo alemães. Antes, embora predominasse a comercialização de bens de consumo duráveis estrangeiros dominados em grande medida pelo capital norte-americano, estes não eram fabricados aqui, mas somente montados. Foi a descentralização produtiva do capital europeu em direção à América Latina, ante a intensificação da concorrência intercapitalista em seu território, que conduziu à internacionalização dos mercados internos. Posteriormente, o capital norte-americano reafirmou sua hegemonia, conquistada desde o limiar do século XX no continente, desenvolvendo ou adquirindo estruturas produtivas em confronto com a congêneres (CAMPOS, 2009, p. 57-58).

Portanto, a internalização da estrutura produtiva no Brasil esteve marcada pela constituição de uma indústria pesada no país, no qual essa industrialização ocorreu através da elaboração do Plano de Metas²⁰ (1956-1961), um elemento de grande importância para

²⁰O Plano de Metas, tinha como objetivos centrais, segundo Campos (2009, p. 61-62): “1)- Tentativa de desobstruir áreas críticas (pontos de estrangulamento) que atravancavam a expansão industrial, sobretudo os setores de infraestrutura e de insumos básicos, daí a escolha de atividades produtivas estratégicas capazes de encadear novas indústrias, em um processo retroalimentador (pontos de germinação) no qual energia e transportes seriam prioritários; 2)- A coordenação geral foi estabelecida pelo *Conselho de*



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

dar continuidade à industrialização brasileira por meio da ação das empresas transnacionais. O Plano de Metas²¹, segundo Lessa (1981, p. 27), “conferia prioridade absoluta à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada e do capital social básico de apoio a esta estrutura”. Portanto, o objetivo era dar continuidade ao processo de substituição de importações dos anos anteriores.

O Brasil foi um dos países que mais receberam IDEs durante as décadas de 1950 e 1960. Os IDEs buscavam regiões para se instalar que permitissem que essas grandes empresas expandissem seus lucros, ao explorar os trabalhadores com baixos salários, por exemplo. Também buscavam grandes mercados internos. Exigiam autonomia em suas decisões e proteção às suas indústrias. Além disso, exigiam, além de um marco institucional relativamente liberal para suas transferências externas de capitais, um regime cambial que facilitasse a importação de bens de capital e saldasse suas obrigações financeiras com as matrizes. Exigiam também proteção tarifária e o controle das importações de bens de consumo similares que eram produzidos internamente como forma de garantir seus mercados (CAMPOS, 2009).

A realização da internacionalização produtiva na economia brasileira era dotada de algumas características. Estas diziam respeito às estratégias que as empresas transnacionais tinham para se instalar e dos nexos estabelecidos com o Estado brasileiro. Dentre as características dos investimentos externos diretos no Brasil, percebe-se que sua vinda para o país encontrava-se relacionada à possibilidade de exploração dos recursos naturais já que os produtos das empresas americanas eram apenas montados no país. Sobre essa questão esclarece Campos (2009, p. 20):

Desenvolvimento formado pela SUMOC e pela CACEX, em que os técnicos de diversas áreas, o BNDE e o grupo de implementações exerceriam o controle das atividades nos grupos executivos; 3)- O padrão de financiamento procurou o caminho de menor resistência, esquivando-se, assim, como na época de Vargas, de uma profunda reforma que levasse à autonomia – razão pela qual se manteve praticamente dependente do capital internacional e do financiamento inflacionário; 4)- As realizações de metas totais e parciais além da meta síntese da construção de Brasília significaram forte expansão industrial, que permitiu um encadeamento dinâmico entre diversos setores, refletindo uma tendência de expansão até o final dos anos 70”.

²¹Apesar de ter como objetivo orientar e definir as áreas de atuação e expansão do capital privado, o Plano de Metas não se opunha aos interesses destes como forma de garantir a centralização do poder nas mãos do Estado. Segundo Campos (2009, p. 62): Havia no Plano de Metas, entretanto, um tipo de planejamento que mesmo capaz de orientar e definir áreas de expansão ao setor privado não tinha pretensão de se impor contrariamente aos seus interesses em favor de uma maior “centralização pública do processo”.



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

A maior parte de sua penetração estava atrelada a setores de exploração em recursos naturais, uma vez que os produtos manufaturados americanos muitas vezes eram apenas montados e depois comercializados na América Latina, sem serem produzidos internamente (em regime CKD – *Completely Knocked Down*). Neste ponto, a vinda dos capitais europeus para criar plataformas de produção, liderados pelos IDEs alemães, teria um papel relevante para estimular os oligopólios americanos a reafirmarem sua hegemonia na região.

A atração pelo Brasil também deveu-se à infraestrutura do sistema financeiro e de um arcabouço institucional prévio. Além disso, as empresas contaram com um marco regulatório menos restritivo na conta de capital que se destacou pela Instrução 113²², que internalizava estruturas produtivas prescindindo de coberturas cambiais, em um período de escassas divisas (CAMPOS, 2009).

Para Furtado (1996, p. 25-26), “a industrialização da periferia do mundo capitalista, sob a direção de empresas dos países cêntricos, que se observou a partir do segundo conflito mundial, corresponde a uma terceira fase na evolução do sistema capitalista industrial”. De acordo com ele, essa fase permitiu que grandes empresas se implantassem em todos os subsistemas nacionais.

Assim, o elemento característico do capitalismo nesta fase do pós-Segunda Guerra Mundial é que ele foi marcado pela presença de empresas multinacionais que estabeleceram seus princípios e critérios de interesse, mobilizando o Estado dos países atrasados à sua lógica, retirando a autonomia nas decisões econômicas em prol da maioria da população. Assim, as relações dos Estados nacionais com as grandes empresas tenderam a ser relações de poder e isso pode ser percebido por meio de quatro fatores. Segundo Furtado (1996), são eles:

Em primeiro lugar, a grande empresa controla a inovação – a introdução de novos processos e novos produtos – dentro das economias nacionais, certamente o principal instrumento de expansão internacional, em segundo lugar, elas são responsáveis por grande parte das transações internacionais e detêm praticamente a iniciativa nesse terreno; em terceiro lugar, operam internacionalmente sobre orientação que escapa

²²A Instrução 113 da SUMOC foi resultado da política econômica de Gudin que buscava estabilização monetária e obter capitais internacionais para equilibrar o déficit nas contas externas. Segundo Campos (2009): “Em 17 de janeiro de 1955, quando Eugênio Gudin tinha acabado de assumir o Ministério da Fazenda, com o objetivo claro de praticar uma estabilização monetária através de instrumentos ortodoxos como restrição fiscal e contenção creditícia, e de, ao mesmo tempo, dispor de capitais internacionais para equilibrar o déficit nas contas externas, foi lançada a Instrução nº113 da SUMOC” (CAMPOS, 2009, p. 133).



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De

Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

em grande parte à ação isolada de qualquer governo; e, em quarto, mantêm uma grande liquidez fora do controle dos bancos centrais e têm fácil acesso ao mercado financeiro internacional (FURTADO, 1996, p. 33-34).

Os países atrasados, como é o caso do Brasil, por tentarem se modernizar através da reprodução dos padrões de consumo dos países cêntricos que já alcançaram elevado nível de acumulação e desenvolvimento, acabam por não formar um sistema econômico nacional. Segundo Furtado (1996, p. 44):

Não havendo conhecido a fase de formação de um sistema econômico nacional dotado de relativa autonomia – fase que permitiu integrar as estruturas internas e homogeneizar a tecnologia -, as economias periféricas conhecem um processo de agravação das disparidades internas à medida que se industrializam guiadas pela substituição de importações [...]. Consequência inelutável da tentativa de reprodução em um país pobre das formas de vida de países que já alcançaram níveis muito mais altos de acumulação de capital. Ora, esse tipo de industrialização, que em períodos anteriores tropeçava em obstáculos consideráveis criados pela falta de capitais, pela dificuldade de acesso à tecnologia, pela pequenez do mercado interno, realiza-se atualmente com extraordinária rapidez graças à cooperação dos oligopólios internacionais. Utilizando tecnologia amortizada, algumas vezes equipamentos já também amortizados e mobilizando capital local, as grandes empresas estão em condições de instalar indústrias na maior parte dos países da periferia, em particular se essas indústrias se integram parcialmente com atividades de importação.

Nesse sentido, a forma como foi avançando o processo de industrialização brasileiro evidencia que as indústrias que no país se instalaram serviram apenas para homogeneizar os padrões de consumo do centro, explorar os trabalhadores com baixos salários, visto que o país é composto por um grande excedente de mão de obra.

6. Conclusão

O processo de industrialização brasileiro esteve marcado por duas fases. A primeira (1880-1929) era complementar do setor exportador. A atividade de exportação, num primeiro momento possibilitou que fosse satisfeita a demanda interna existente com importações e, posteriormente, através do desenvolvimento de um mercado interno. Já a segunda fase (1930-1960) surgiu devido às condições adversas impostas pela Crise de 1929, que reduziu a capacidade de importar bem como reduziu os preços internacionais



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

dos produtos primários. Com a substituição de importações que surgia neste momento, houve a criação de algumas indústrias de base, em grande medida por parte do Estado, e a chegada de filiais de empresas multinacionais ao Brasil, para produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, e exploração de recursos naturais, como minério de ferro.

A forma assumida pela industrialização no Brasil nas duas fases, ainda que com suas diferenças, consiste em que o país não internalizou o progresso tecnológico e, em vez de uma industrialização consistente, realizou uma modernização dos estilos de vida de parte da sua população. O país buscou evitar seu atraso tecnológico por meio da imitação dos padrões de vida e consumo do centro por uma minoria da população, que usufruiu da diversificação de produtos lançados no mercado a partir da concentração da renda. Não houve uma transformação significativa na vida da população trabalhadora, que continuou ao longo da história sem acesso nem mesmo aos bens básicos, como saúde, educação, infraestrutura urbana, saneamento básico, alimentação e vestuário. Isso se agravou ainda mais com a presença das empresas multinacionais. É nesse sentido que se pode perceber que a forma como se deu o processo de industrialização no Brasil não conseguiu ser a resposta para a superação do subdesenvolvimento.

Os países subdesenvolvidos, como definido por Furtado, são aqueles que não se dotaram de uma racionalidade instrumental, isto é, não provocaram mudanças técnicas importantes na sua produção com a industrialização. Assim, não revolucionaram a estrutura social existente no sentido do Bem-Estar Social. Os países subdesenvolvidos, portanto, não criaram os meios que permitiriam transformações na estrutura social, de forma que estes fossem usados em prol da melhoria de vida da maioria da população. Assim, percebe-se que entre os problemas da industrialização brasileira esteve o fato de o Brasil ter se industrializado parcialmente, pois este não foi capaz de desenvolver uma indústria nacional significativa de bens de capital, que desenvolvesse seu próprio processo tecnológico; pelo fato de a industrialização não ajudar a garantir o bem-estar de toda a população e sim ter se apropriado e contribuído para a concentração da renda; e pelo fato de ter realizado grande parte da sua industrialização por meio de multinacionais, que atuam internamente no país, apropriando-se do seu excedente, e remetendo o lucro para fora.



Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães

A busca de explicação para o subdesenvolvimento brasileiro em meio a sua industrialização remete ainda a outras questões históricas como o fato de que países que se industrializaram antes, como Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, ao estabelecerem o quadro da divisão internacional do trabalho, fizeram com que as áreas coloniais (países periféricos) ficassem encarregadas de se especializarem na produção de matérias-primas e produtos agrícolas enquanto caberia aos países do centro do sistema dominar a tecnologia e a produção de manufaturados. A Revolução Industrial, portanto, foi um processo histórico que tratou de formar, em grande medida pela forma como se difundiu os frutos do progresso técnico, um sistema econômico mundial que representou o ponto de partida do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

Com a vinda das empresas transnacionais, sobretudo no pós-guerra, o Estado Nacional brasileiro perdeu ainda mais espaço na sua autonomia relativa, visto que as decisões econômicas, financeiras e políticas serão realizadas, especialmente a partir de então, conforme os interesses das empresas estrangeiras. Por conta disso, não houve a conformação no Brasil de um Estado Nacional autônomo, mas de um Estado direcionado aos interesses das nações centrais.

É necessário ainda destacar que desenvolvimento não é algo meramente quantitativo, de forma que medir o crescimento é suficiente para entendê-lo. Para realmente haver desenvolvimento é necessário que este ocorra em duas dimensões: a econômica e a cultural. Ou seja, é necessário que o homem se aproprie dos meios para realização dos fins com o propósito de efetivar suas potencialidades e promover as transformações na estrutura social do país. Portanto, crescimento não é sinônimo de desenvolvimento, pois não basta apenas que indicadores como Produto Interno Bruto (PIB) de um país cresça para que se pense que houve desenvolvimento.



**Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De
Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães**

Referências

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

_____. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5.ed. Rio de Janeiro: Contratempo, 2000b.

BLOCK, F. **Las Orígenes Del Desorden Económico Internacional**. México: Fondo de Cultura, 1980.

CAMPOS, F. A. **A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)**. Campinas, SP: [s.n.], 2009.

FLORESTAN, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FONSECA, P. C. D.; SOUZA, L. E. S. **O processo de Substituição de Importações**. São Paulo. Editora: LCTE, 2009.

FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Análise do Modelo Brasileiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. **Economia do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

_____. **Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica**. Revista de Economia Política. Vol. 1, n.º. 1, janeiro-março. 1981.

_____. **Industrialización e internacionalización em La América Latina**. IN: FAJNZYLBBER, Fernando. México, Fondo de Cultura Económica, 1980b.

_____. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo. Editora. Nacional, 1980a.

_____. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HELLEINER, E. **States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to the 1990s**. Corpyright, 1994.

LESSA, C. **Quinze anos de Política Econômica**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARX, K. **O capital: Crítica da Economia Política**. Livro I, tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1996.



**Industrialização E Subdesenvolvimento: O Caso Brasileiro Na Perspectiva De
Celso Furtado – Thamiris Laure Magalhães**

_____. **O capital**: Crítica da Economia Política. Livro I, tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. Editora. Unesp. Campinas-SP, 2009.

MOFFITT, M. **O dinheiro do mundo**: de Bretton Woods à beira da insolvência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, C. A. B. **Processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Editora. Unesp, Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

PREBISCH, R. **Desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TAVARES, M. C. **Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro – Ensaio sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1974.

WACHTEL, H. M. **Os mandarins do dinheiro**: as origens da nova ordem econômica supranacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.